



OFICINAS DE PESQUISA E JURISPRUDÊNCIA

1º SEMESTRE - 2024

25
a n o s

Escola de
Formação
Pública

sbdp

Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência

1º semestre de 2024

Informações gerais

Objetivos do programa

A Escola de Formação Pública tem por objetivo formar um conjunto de habilidades e competências dos estudantes em diversas dimensões. No primeiro semestre, os objetivos do programa se relacionam, tematicamente, com a construção de uma visão crítica por cada aluna e aluno a respeito do papel do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos de controle no arranjo dos Poderes e no desenvolvimento do direito. Individualmente e coletivamente, este período vai também privilegiar a construção de uma identidade de grupo e da autonomia dos estudantes quanto à organização de estudos e escolha de temas de pesquisa.

Ao final do semestre, as/os estudantes serão capazes de:

- Entender termos e conceitos básicos relacionados a controle de constitucionalidade, diálogo institucional e processo decisório do STF;
- Ler criticamente decisões judiciais e avaliar a qualidade dos argumentos e do processo decisório do Supremo Tribunal Federal a partir de vários critérios;
- Relacionar a atuação do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos de controle com o desenvolvimento do direito público brasileiro;
- Gerenciar um projeto de pesquisa da concepção, à execução até a apresentação final, atentando-se ao rigor metodológico e ao caráter empírico da pesquisa.

Formas de avaliação

Para que a Coordenação possa acompanhar o desenvolvimento dos alunos, a Escola de Formação Pública conta com uma série de instrumentos de avaliação e feedback:

Os alunos e alunas são avaliados em três frentes: (i) **presença**, exigindo-se 80% de presença mínima em cada curso (oficinas de pesquisa, oficinas de jurisprudência e grupo de estudos de direito administrativo, em cada semestre); (ii) **participação nos debates em sala de aula** e (iii) **produção de iniciação científica/monografia**.

O acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes na preparação e participação em aula se dá por meio de conversas individuais com a Coordenação e de tutoria individualizada realizada por um aluno recém egresso da escola. O acompanhamento da produção e entrega da monografia ocorre com programa também individualizado de orientação, momentos de discussão coletiva dos projetos de pesquisa e dos relatórios parciais de pesquisa e em banca de avaliação da monografia no final do ano.

O desempenho de um (a) aluno (a) da Escola de Formação será:

EXCELENTE, e por isso apto à distinção, quando demonstrar:

- Empenho, respeito e frequência nos programas do curso;
- Organização nas leituras e na condução da pesquisa;
- Relevância nos debates, seja por meio de comentários que explicitam premissas ocultas nas participações dos colegas, seja por meio de sínteses construtivas do que os colegas falaram, seja por meio de observações críticas pertinentes sobre o material de leitura para a aula, seja por meio de correções de rumo ou inserção de novos problemas nos debates;
- Raciocínio crítico referente ao material discutido;
- Elaboração de uma monografia que seja metodologicamente consistente, relevante para o tema

pesquisado e que possa ser ponto de partida para novas pesquisas (individuais ou de terceiros).

BOM, quando demonstrar:

- Empenho e frequência nos programas do curso (ex. leituras, participação nas atividades, interação com os colegas e a coordenação);
- Organização nas leituras e na condução da pesquisa (ex. atendimento ao cronograma, condução simultânea dos trabalhos de pesquisa e dos demais programas);
- Empenho em participar dos debates para contribuir com o tema discutido, bastando para isso que traga uma leitura interessante ou o seu ponto de vista sobre a questão;
- Capacidade de identificar os principais problemas trazidos pelo material de preparação prévia e de relacioná-los com outros problemas tratados anteriormente no curso;
- Elaboração de uma monografia que seja metodologicamente consistente.

INSATISFATÓRIO, quando demonstrar:

- Não atendimento dos requisitos mínimos de frequência e horários, não realização das leituras e falta de engajamento nas atividades previstas para o programa;
- Falta de participação nos debates ou participação que se limita a reproduzir sentidos comuns ou opiniões já expressadas anteriormente no debate;
- Desrespeito em relação à opinião dos colegas, à coordenação ou a terceiros;
- Não entrega da monografia no prazo estabelecido ou entrega de monografia incompleta.

Temas e objetivos das aulas

O primeiro conjunto de aulas tem por objetivo contextualizar as discussões que faremos ao longo do programa, começando por conhecer a composição e estrutura do nosso principal objeto de estudo, o Supremo Tribunal Federal. As aulas vão tratar das características gerais e atividades do STF e das principais questões sobre organização interna e imagem pública da Corte. As primeiras aulas também vão promover conhecimentos e ferramentas básicas sobre como ler uma decisão e apresentar conceitos básicos sobre pesquisa empírica e estrutura de um projeto de pesquisa.

Em seguida, as oficinas de jurisprudência vão trazer discussões sobre como o Supremo Tribunal Federal, ou outros órgãos de justiça e controle abordados, chegam às suas decisões. Quem são os atores que ajuízam demandas? Por que eles escolhem o STF ou outros Tribunais e quais interesses estão envolvidos? De que maneira esses elementos influenciam a tomada de decisão nos tribunais brasileiros?

As aulas terão por objetivo levar os alunos a:

- Entender diferentes caminhos para se chegar ao STF;
- Entender termos e conceitos básicos de controle de constitucionalidade;
- Entender diferentes formas de resposta dadas pelo STF;
- Analisar o papel de elementos externos à argumentação e à decisão;
- Avaliar a posição do STF no arranjo dos Poderes;
- Entender conceitos básicos de procedimento e estrutura do Tribunal;
- Entender termos e conceitos básicos relacionados a precedentes constitucionais;
- Analisar a consistência e a coerência de argumentos utilizados nos votos.

As oficinas de pesquisa, por sua vez, em aulas intercaladas com as de jurisprudência, vão aprofundar o passo a passo da elaboração de um projeto de pesquisa empírica em jurisdição constitucional, abordando temas como: elaboração de uma pergunta de pesquisa, recorte temático e temporal, análise de fontes, métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos. Nas oficinas os alunos vão entrar em contato com diferentes projetos e monografias elaboradas na sbdp.

Materiais de leitura

Os materiais se dividem em (i) **obrigatórias** (ii) **complementares** e (iii) **de formação**. O material obrigatório é imprescindível para acompanhar e participar das aulas. Os materiais complementares se referem diretamente à abordagem principal da aula e agregam novas informações ou pontos de vista sobre o mesmo assunto. Por fim, as leituras de formação trazem outras referências no tema, que não estão presentes diretamente na aula, mas podem ser utilizadas para aprofundar ou acessar outras discussões relevantes à temática.

Informações administrativas

Carga horária: 53,4 horas (64 horas-aula).

Data de início: 06/03/2024

Data de término: 28/06/2024

Dias da semana: Quartas e sextas-feiras (encontros regulares).

Horários: Quarta-feira, das 14h às 15h40; Sexta-feira, das 14h às 15h40.

Presença mínima: 80% das sessões do primeiro semestre e 80% das sessões do segundo semestre de cada uma das atividades que compõem a ESCOLA DE FORMAÇÃO PÚBLICA (oficinas de jurisprudência constitucional, oficinas de pesquisa e metodologia).

Materiais didáticos: os materiais de preparação prévia poderão ser obtidos no site da sbdp (www.sbdp.org.br) ou serão enviados por e-mail.

Dúvidas e comunicação: em caso de dúvidas, problemas, sugestões: ef.sbdp@gmail.com.

Para outras informações, contatar os membros da Coordenação e verificar o **Termo de Compromisso** do curso.

Coordenação acadêmica

Mariana Vilella

Coordenadora da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Mestre e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora do Grupo Público da FGV Direito SP/sbdp. Contato: marianavilella.mv@gmail.com

Yasser Reis Gabriel

Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP). Doutor em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Grupo Público da FGV Direito SP/sbdp. Advogado de Sundfeld Advogados

Manuella Faray

Monitora da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Graduanda em Direito pela Universidade de Presbiteriana Mackenzie (UPM) . Aluna da Escola de Formação da sbdp (2023).

Cronograma de aulas

Data	Tema	Professor(a)
06/03 (Q)	Boas-vindas - encontro de abertura	Equipe sbdp
08/03 (S)	Apresentação do nosso ano: Programa de Aulas, Programa de Pesquisa e combinados gerais	Mariana Vilella e Manuella Faray
13/03 (Q)	O famoso STF: competências, estrutura e imagem pública do nosso objeto de estudo	Mariana Vilella e Manuella Faray
15/03 (S)	Como ler acórdãos?	Guilherme Forma Klafke
20/03 (Q)	Controle de constitucionalidade: até onde pode ir o STF? O caso das PECs	Ana Luiza Gajardoni de Mattos Arruda
22/03 (S)	O Congresso Nacional pode reformar o STF? Discussão dos ensaios do processo seletivo	Mariana Vilella e Manuella Faray
27/03 (Q)	Oficina de Pesquisa: O que é Pesquisa Empírica em Direito?	Tatiane Guimarães e João Pedro Favaretto Salvador
29/03 (S)	Feriado: Paixão de Cristo	
03/04 (Q)	Oficina de Pesquisa: Diálogo Acadêmico?	Tatiane Guimarães e João Pedro Favaretto Salvador
05/04 (S)	Controle de constitucionalidade ou interferência nos Poderes? O caso das nomeações políticas anuladas pelo STF	Ana Laura Pereira Barbosa e Fernanda Aidar Navas
09/04 (Terça-feira)	Aula extra: Encontro com os Núcleos e Grupos de pesquisa da FGV Direito SP (virtual)	Representantes dos Núcleos e Grupos de pesquisa da FGV Direito SP
10/04 (Q)	Oficina de Pesquisa: como construir um projeto?	Laís Youssef
12/04 (S)	Diálogo institucional: porte de drogas no STF e no Congresso Nacional	Julia Lillo
17/04 (Q)	Desenho institucional dos Poderes: o voto secreto no Poder Legislativo	Bruno da Cunha de Oliveira
19/04 (S)	STF e o julgamento de constitucionalidade da Nova Lei de Improbidade Administrativa	Yasser Reis Gabriel
24/04 (Q)	Oficina de Pesquisa: Análise de Jurisprudência	Guilherme Forma Klafke
26/04 (Q)	STF e a constitucionalidade do juiz de garantias	Maurício Buosi Lemes
01/05 (Q)	Feriado: Dia do Trabalhador	
03/05 (S)	STF e o direito penal: o princípio da insignificância nas decisões da Corte	Vitor Santos Vilanova

08/05 (Q)	Oficina de Pesquisa: como fazer Estudo de Caso?	Mariana Kiefer Kruchin
10/05 (S)	STF e o direito trabalhista: o julgamento sobre trabalho nas plataformas digitais	Olívia Pasqualeto
15/05 (Q)	Oficina de Pesquisa: utilizando os métodos de entrevista e questionário	Ana Luiza Gregorio Vidotti
17/05 (S)	Gestores públicos e o Direito ao Erro: art. 28 da LINDB e MP 966	Juliana Bonacorsi de Palma
22/05 (Q)	Visita: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	
24/05 (S)	Impedimento e suspeição de ministros do STF	Luíza Pavan Ferraro
29/05 (Q)	ADO 26 e a Criminalização da Homotransfobia	Leticia Siqueira das Chagas e Leonardo Cleston Mariz
31/05 (S)	Emenda de feriado: <i>Corpus Christi</i>	
04/06 (Terça-feira)	Entrega do pré-projeto	
05/06 (Q)	Legítima Defesa da Honra e a Soberania do Tribunal do Júri	Hilem Estefânia Cosme de Oliveira
07/06 (S)	Violação de direitos humanos no sistema socioeducativo	Mariana Zan
12/06 (Q)	Visita: Museu Judaico	
14/06 (S)	Discussão dos pré-projetos	Equipe sbdp
19/06 (Q)	Conversa com atores: carreiras acadêmicas e advocacia	Nikolay Henrique Bispo
21/06 (S)	Cotas raciais na universidade e no serviço público: as comissões de heteroidentificação	Clio Nudel Radomysler e Felipe Natil
26/06 (Q)	Direitos humanos, saúde pública e segurança pública: o caso da cracolândia em São Paulo	Giordano Magri
28/06 (Sexta-feira)	Entrega do projeto	

Leituras e materiais didáticos

Boas-vindas - encontro de abertura

- Apresentação da equipe
- Apresentação dos novos alunos e interação com a turma de 2023.

Apresentação do nosso ano: Programa de Aulas, Programa de Pesquisa e combinados gerais

- Apresentação do programa e estrutura do curso.

O famoso STF: competências, estrutura e imagem pública do nosso objeto de estudo

Preparação básica (obrigatória):

- Constituição Federal de 1988, Arts. 92 a 97 e 99 a 103
- DA SILVA, Virgílio Afonso. Direito Constitucional Brasileiro. 1. Ed. São Paulo: Edusp, 2021, pp. 496-511 (anexo)
- RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. Os onze – o STF, seus bastidores e suas crises. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 333 – 337 (epílogo). (anexo)
- GLEZER, Rubens E. Catimba Constitucional. O STF, do antijogo à crise constitucional. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. Arraes, 2020, pp. 15 – 17 (anexo)
- Holofote leva riscos aos STF e expõe entraves para controlar ministros. Folha de São Paulo (folha jus), 22 de julho de 2023. Anexo e em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/holofote-leva-riscos-ao-stf-e-expoe-entraves-para-controlar-ministros.shtml>

Preparação complementar:

- Podcast : "A carta na manga que o STF vai usar em 2024 | Podcast Sem Precedentes #149: disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=3I5FA8m5reA>

Como ler acórdãos?

Preparação básica (obrigatória):

- STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.165.959 SÃO PAULO. Rel. Min. Marco Aurélio. Relator para acórdão Min. Alexandre de Moraes. Julgamento em sessão virtual de 11/6/2021 a 18/6/2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15348384226&ext=.pdf>.
- Labirinto de desafios: <https://forms.gle/vj6NugRAFe9139rT8>

Preparação complementar:

- KLAFFE, Guilherme Forma. *Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento*. Tese (Doutorado - Programa de

Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019, p. 151-163.

Leitura de formação:

- ALMEIDA, Danilo dos Santos; BOGOSSIAN, André Martins. *“Nos termos do voto do relator”*: considerações acerca da fundamentação coletiva nos acórdãos do STF. Revista Estudos Institucionais, v. 2, p. 1, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2GidT63>
- SILVA, Virgílio Afonso da. *O relator dá voz ao STF?* Uma réplica a Almeida e Bogossian. Revista de estudos institucionais, v. 2, n. 2, p. 648-669, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2GhChVD>
- KLAFKE, Guilherme Forma. *Os Acórdãos do STF como documentos de pesquisa e suas características distintivas*. Disponível em: <http://bit.ly/2lvOIWD>.
- KLAFKE, Guilherme Forma. *Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.
- KOERNER, Andrei. *Uma proposta de metodologia para a análise do comportamento dos ministros do STF*. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/03/proposta-metodologia-para-analise-comportamento-dos.pdf>
- LEITE, Fábio Carvalho; BRANDO, Marcelo Santini. *Dispersão de Fundamentos no Supremo Tribunal Federal/Scattered Arguments in Federal Supreme Court*. Revista "Direito, Estado e Sociedade", n. 48, 2016. Disponível em: <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Direito%2048%20--%20artigo%205.pdf>

Controle de constitucionalidade: até onde pode ir o STF? O caso das PECs

Preparação básica (obrigatória):

- ADI 466 MC
Inteiro teor
- MS 34448
Decisão Monocrática MC Min. Luís Roberto Barroso
Decisão Monocrática Final Min. Luís Roberto Barroso
- MS 37.721
Decisão Monocrática Min. Luís Roberto Barroso

Preparação complementar:

- Ministro Barroso mantém tramitação da PEC dos gastos públicos na Câmara dos Deputados. Portal de Notícias do STF. Disponível em: <https://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/393410336/ministro-barroso-mantem-tramitacao-da-pec-dos-gastos-publicos-na-camara-dos-deputados>
- Deputados impetram Mandado de Segurança contra PEC que institui Novo Regime Fiscal. Portal de Notícias do STF. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/393207850/deputados-impetram-mandado-de-seguranca-contra-pec-que-institui-novo-regime-fiscal>

Leitura de formação:

- ARRUDA, Ana Luiza. *O supremo tribunal federal e o controle judicial de propostas de emenda à constituição*. Tese de Láurea, 2019.

O Congresso Nacional pode reformar o STF? Discussão dos ensaios do processo seletivo

Preparação básica (obrigatória):

- Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2023 - Senado Federal. Senado.leg.br. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160374>
- “Além de decisões monocráticas, o Senado tem PEC para limitar mandatos no STF”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/05/alem-de-decisoes-monocraticas-senado-tem-pec-para-limitar-mandatos-no-stf#:~:text=Nova%20PEC,ministros%20do%20Supremo%20Tribunal%20Federal>
- UOL. Barroso diz que não vê “razão” para mudanças no STF, mas que nenhum tema é “tabu”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MybyYVEIF1c>
- Constituição Federal de 1988: Art. 60 e Arts. 101 a 103-B

Oficina de pesquisa: o que é Pesquisa Empírica em Direito?

Objetivos:

Abordar os elementos essenciais que auxiliam na escolha de temas para uma pesquisa empírica, situar a importância da escolha de um tema para o produto final da monografia e trabalhar a viabilidade de diferentes temas de pesquisa.

Oficina de Pesquisa: o que é Diálogo Acadêmico?

Objetivos:

Abordar como as pesquisas já produzidas na Escola de Formação Pública podem dialogar com as pesquisas a serem produzidas em 2024, refletir sobre como os temas trabalhados na aula anterior aparecem nas monografias da EFp.

Controle de constitucionalidade ou interferência nos Poderes? O caso das nomeações políticas anuladas pelo STF

Preparação básica (obrigatória):

- MS-MC 34.070/DF
Medida liminar do Min. Gilmar Mendes (p. 1-34)
Acompanhamento processual (disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4948822>)
- MS 34.690/DF
Medida liminar do Min. Celso de Mello (p. 1-25)
Acompanhamento processual (disponível em:

<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5126193>)

- PET 8.104
Min. Luiz Fux

- MS 37.097
Min. Alexandre de Moraes

Preparação complementar:

- ADPF 402/DF
Petição inicial (p. 1-22)
Relatório em revisão (p. 1-12)
Voto em revisão do Min. Marco Aurélio (p. 1-13)
Voto em revisão do Min. Celso de Mello (p. 1-11)
Acompanhamento processual (disponível em:
<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4975492>)

Leitura de formação:

- NAVAS, Fernanda Aidar. *O controle de ato administrativo discricionário pelo STF: nomeações a Alta Administração Federal*. Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/publication/o-controle-de-ato-administrativo-discricionario-pelo-stf-nomeacoes-a-alta-administracao-federal/>>.

Aula extra: Encontro com os Núcleos e Grupos de pesquisa da FGV Direito SP (Zoom)

Objetivos: Neste encontro, os alunos vão conhecer uma parte dos grupos de pesquisa da FGV e do que eles têm produzido de pesquisas empíricas. O encontro faz parte das atividades que auxiliam os alunos na definição do tema da monografia.

Oficina de Pesquisa: como construir um projeto?

Objetivos: Abordar o passo a passo de um projeto de pesquisa empírica, explicando o que é pergunta de pesquisa, hipótese, objetivo, dentre outros elementos.

Preparação básica (obrigatória):

- YOUSSEF, Laís Menegon. *O TCU e a Lei de Inovação: Como a Jurisprudência do tribunal vem respondendo à proposta de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica?*. Projeto de Pesquisa EFp.
- YOUSSEF, Laís Menegon. *As Parcerias de Desenvolvimento de Produto (PDP) de medicamento aos olhos do Tribunal de Contas da União: quais os principais questionamentos do TCU sobre as PDP?* Disponível em:<<https://sbdp.org.br/publication/as-parcerias-de-desenvolvimento-de-produto-pdp-de-medicamento-aos-olhos-do-tribunal-de-contas-da-uniao-quais-os-principais-questionamentos-do-tcu-sobre-as-pdp/>>
 - Sumário (p. 7)
 - Introdução da pesquisa (p. 8 à 10);

- YOUSSEF, Laís Menegon. *O controle das Auditorias Operacionais do Tribunal de Contas da União sobre Política Pública: Como o TCU exerce sua competência de fiscalizar Políticas*. Projeto de Pesquisa Mestrado Acadêmico.
- YOUSSEF, Laís Menegon. *Entre as Normas, o Discurso e a Prática: onde está o controle das políticas públicas do TCU? Uma análise crítica do controle a partir das auditorias operacionais de políticas de educação*
 - Sumário (p. 13 à 14)
 - Introdução da pesquisa (p. 15 à 26);

Preparação Complementar:

- YOUSSEF, Laís Menegon. *As Parcerias de Desenvolvimento de Produto (PDP) de medicamento aos olhos do Tribunal de Contas da União: quais os principais questionamentos do TCU sobre as PDP?* Disponível em: <<https://sbdp.org.br/publication/as-parcerias-de-desenvolvimento-de-produto-pdp-de-medicamento-aos-olhos-do-tribunal-de-contas-da-uniao-quais-os-principais-questionamentos-do-tcu-sobre-as-pdp/>>
- YOUSSEF, Laís Menegon. *Entre as Normas, o Discurso e a Prática: onde está o controle das políticas públicas do TCU? Uma análise crítica do controle a partir das auditorias operacionais de políticas de educação*

Diálogo institucional: porte de drogas no STF e no Congresso Nacional

Preparação básica (obrigatória):

- RE 635.659
Anotações Voto Oral Min. Luís Roberto Barroso
- RE 635.659
Voto em Revisão Min. André Mendonça

Preparação Complementar:

- NEXO JORNAL. Comissão do Senado aprova PEC antidrogas em reação ao STF.. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2024/03/13/comissao-do-senado-aprova-pec-antidrogas-em-reacao-a-stf?utm_medium=email&utm_campaign=14032024_a_nexo&utm_content=14032024_a_nexo+CID_2a6ce12707a9a4c8a437db80cbc2ee41&utm_source=Email%20CM&utm_term=nexo>
- CCJ do Senado aprova PEC que criminaliza porte de qualquer quantidade de drogas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/13/ccj-do-senado-aprova-pec-que-criminaliza-porte-de-qualquer-quantidade-de-drogas.ghtml>>.

Leitura de Formação:

- LACERDA, Guilherme Pessuto. A Exclusividade do Depoimento Policial na Condenação dos Crimes de Tráfico de Drogas: uma análise do art. 155 do CPP a partir do entendimento do Superior Tribunal de Justiça; Acesso em: 12/03/2024. Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/a-exclusividade-do-depoimento-policial-na-condenacao-dos-crimes-de-trafico-de-drogas-uma-analise-do-art-155-do-cpp-a-partir-do-entendimento-do-superior-tribunal-de-justica/>>.

Desenho institucional dos Poderes: o voto secreto no Poder Legislativo

Preparação básica (obrigatória):

- MS 33.908

Min. Edson Fachin

- MS 36.169

Min. Marco Aurélio

- MS 35.265

Min. Alexandre De Moraes

Preparação Complementar:

- OLIVEIRA, Bruno da Cunha. *Incertezas sobre o voto secreto na eleição para o comando do Congresso*. Disponível em:
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/incertezas-sobre-o-voto-secreto-na-eleicao-para-o-comando-do-congresso-01022023>
- NASCIMENTO, Roberta Simões. Disponível em:
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/defensor-legis/a-votacao-secreta-nas-deliberacoes-d-o-poder-legislativo-09122020>

STF e o julgamento de constitucionalidade da Nova Lei de Improbidade Administrativa

Preparação básica (obrigatória):

- ARE 843989
Voto Min. Alexandre de Moraes
Voto Min. André Mendonça
Voto Min. Edson Fachin

Preparação complementar:

- ARE 843989
Voto Min. Ricardo Lewandowski
- Podcast Sem Precedentes (JOTA). *O primeiro encontro do STF com a nova Lei de Improbidade Administrativa*. Disponível em:
<https://open.spotify.com/episode/5sscj0NIHmyDyRc5UKw3jz?si=LZncVYmWQq-qYoipsKDGGGA>

Oficina de Pesquisa: Análise de Jurisprudência

Objetivos:

Refletir sobre o tipo de pesquisa que analisa jurisprudência de Tribunais, Informações sobre método, perguntas de pesquisa e dificuldades que permeiam esse tipo de pesquisa empírica. Apontar pontos comuns e distantes a uma pesquisa quantitativa.

Preparação básica (obrigatória):

- Metodologia em Pesquisa Jurídica - Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=89ncB1H7Zo4&t=1s>
- BALBI, Guilherme; KLAFKE, Guilherme Forma; SANTOS, Lucas Custódio. *Controle da relevância e urgência em medidas provisórias pelo STF*. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais v. 2 n. 1 (2022). Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/158>

STF e a constitucionalidade do Juiz de Garantias

Preparação básica (obrigatória):

- ADI 6.298
Decisão Liminar Min. Luiz Fux
Petição inicial
Exposição de motivos da Lei 13.964/2019

Preparação complementar:

- Podcast Criminal Player Ep. 65 - *Liminar do Ministro Luiz Fux e o Juiz das Garantias*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/OC1S0YWj2fDiv3qYGxPnx4>

STF e o direito penal: o princípio da insignificância nas decisões da Corte

Preparação básica (obrigatória):

- VILANOVA, Vitor Santos. *O Princípio da Insignificância no Supremo Tribunal Federal: como decidiu o tribunal entre 2015 e 2021*. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/o-principio-da-insignificancia-no-supremo-tribunal-federal-como-decidiu-o-tribunal-entre-2015-e-2021/>.:>
 - Introdução da pesquisa (p. 11 à 15);
 - Análises de furto e descaminho (p. 44 à 62);
 - Demais crimes e casos destacados e considerações finais (p. 70 a 79).
- HC 186.946 (<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754520384>)
- HC 136.984 (<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12567859>)
- Podcast Crime e Castigo Ep. 2 “A mosca na garrafa”. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4G67SHR5ttCCbAT7uqxdXs?si=dfRINNiSRjG19efRr5o99g>

Preparação Complementar:

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42a ed., editora Vozes. Capítulo Ilegalidade

dos bens x ilegalidade dos direitos (p. 84 a 88).

- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 3a ed., editora Revan. Capítulo Os cárceres do subproletariado: uma verificação experimental (p. 126 à 134).
- Podcast Crime e Castigo. Disponível em:
(<https://open.spotify.com/show/7BgdFMr0pE3CMSV5t8MZSQ?si=MM3SkbbCQtKwRcOC6xeFkg>)

Leitura de Formação:

- VILANOVA, Vitor Santos. *O Princípio da Insignificância no Supremo Tribunal Federal: como decidiu o tribunal entre 2015 e 2021*. Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/publication/o-principio-da-insignificancia-no-supremo-tribunal-federal-como-decidiu-o-tribunal-entre-2015-e-2021/>>. Inteiro teor.
- Documentário: Bagatela (<https://www.youtube.com/watch?v=dKoZAqP20Hg&t=407s>).

Oficina de Pesquisa: como fazer um Estudo de Caso?

Objetivos:

Abordar o método de pesquisa empírica conhecido como estudo de caso. Observar e aprender com exemplos de monografias da EFp como uma pesquisa pode se aprofundar tendo como material de análise apenas uma decisão judicial.

STF e o Direito Trabalhista: o julgamento sobre trabalho nas plataformas digitais

Preparação básica (obrigatória):

- DE, Olívia; PASQUALETO, Q; LAURA, Ana; et al. RELATÓRIO DE PESQUISA | PRINCIPAIS RESULTADOS Equipe de pesquisa | FGV Direito SP TERCEIRIZAÇÃO E PEJOTIZAÇÃO NO STF: ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES CONSTITUCIONAIS. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em:
<<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/193ee852-1b13-44af-9454-6dd5ab6fc9d7/content>>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- Plenário do STF deve examinar reclamação sobre vínculo de emprego de trabalhadores de aplicativos. Supremo Tribunal Federal. Disponível em:
<<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=521493&ori=1>>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- Medida Cautelar na Reclamação 64.018
Ministro Alexandre de Moraes

Preparação complementar:

- A proposta de regulamentação para motorista de app. Estadão Podcast. Disponível em:
<<https://www.estadao.com.br/brasil/estadao-podcasts/a-proposta-de-regulamentacao-para-motorista-de-app/>>.

Leitura de formação:

- AUGUSTO, Alice Maria Gallian. A estratégia de atuação das Centrais Sindicais e o STF: uma análise a partir do controle de constitucionalidade da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). Disponível em
<<https://sbdp.org.br/publication/a-estrategia-de-atuacao-das-centrais-sindicais-e-o-stf-uma-analise-a-partir-do-controle-de-constitucionalidade-da-reforma-trabalhista-lei-no-13-467-2017/>>.

- AULER, Manuella. Interpretação Constitucional da Reforma Trabalhista: uma análise a partir das decisões do STF sobre a Lei no 13.467/2017. Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/interpretacao-constitucional-da-reforma-trabalhista-uma-analise-a-p-artir-das-decisoes-do-stf-sobre-a-lei-no-13-467-2017/>>.

Oficina de Pesquisa: utilizando os métodos de Entrevista e Questionário

Objetivos:

Refletir sobre o tipo de pesquisa que utiliza o método de entrevistas ou de questionários. Informações sobre as perguntas de pesquisa e dificuldades que permeiam esse tipo de pesquisa empírica.

Preparação básica (obrigatória):

- LOPES RIBEIRO, Ludmila Mendonça; VILAROUCA, Márcio Grijó. *Como devo fazer entrevistas?* In: MAFEI, Rafael; FEFERBAUM, Marina. *Metodologia da Pesquisa em Direito*. São Paulo : Saraiva, 2019.

Gestores públicos e o Direito ao Erro: art. 28 da LINDB e MP 966

Preparação básica (obrigatória):

- ADIs 6.421 e 6.428
Amicus curiae da sbdp
Voto Min. Barroso
Voto Min. Gilmar Mendes

Preparação complementar:

- GABRIEL, Yasser. *Apagão da inovação pública?*. Portal JOTA. Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp/wp-content/uploads/2022/10/05.10.22-Consensualidade-em-improbidade-e-o-papel-do-Tribunal-de-Contas.pdf>
- PALMA, Juliana Bonacorsi de; ROSILHO, André. *Constitucionalidade do Direito ao Erro do Gestor Público do art. 28 da Nova LINDB*. Revista da CGU, Volume 13, Nº 23, Jan-Jun 2021. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/386/266

Leitura de formação:

- SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. *Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União (relatório de pesquisa)*. 2021, p. 11 – 48. Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp/wp-content/uploads/2021/09/Relatorio-LINDB-pelo-TCU.pdf>

Impedimento e Suspeição de Ministros do STF

Preparação básica (obrigatória):

- HC 146666
Arguição de suspeição pela PGR
Manifestação do Min. Gilmar Mendes

Preparação complementar:

- CASTANHO, William. *Supremo arquiva todos os pedidos de suspeição de ministros e viola regimento*, 12.08.2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/supremo-arquiva-todos-os-pedidos-de-suspeicao-de-ministros-e-viola-regimento.shtml>
 - Gilmar Mendes suspende ação penal contra 'rei do ônibus' no Rio. Folha de S. Paulo, 07 ago. 2018. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/gilmar-mendes-suspende-acao-penal-contr-rei-do- nibus-no-rio.shtml>
- Leitura de formação:**
- CRISTINO, Isabella. É possível fiscalizar a imparcialidade do STF? Uma pesquisa sobre o grau de transparência das declarações de impedimento e suspeição dos ministros. Monografia EFp 2018

ADO 26 e a Criminalização da Homotransfobia

Preparação básica (obrigatória):

- ADO 26
Manifestação da PGR - Relatório
Voto Min. Marco Aurélio
- CORBO, Wallace. *Racismo sem raça? Criminalização da homotransfobia e a invisibilização da negritude*. Portal JOTA. Disponível em:
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/racismo-sem-raca-criminalizacao-da-homotransfobia-e-a-invisibilizacao-da-negritude-27052019>
- VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. *Racismo homotransfóbico e a população LGBTI como um grupo racializado*. Portal JOTA. Disponível em:
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/racismo-homotransfobico-e-a-populacao-lgbti-como-um-grupo-racializado-28052019>

Preparação complementar:

- ADO 26
Voto Min. Barroso
Petição - *Amicus Curiae (Antiga e Iluminada Associação Banksiana)*

Legítima Defesa da Honra e a Soberania do Tribunal do Júri

Preparação básica (obrigatória):

- ADPF 779
Petição inicial
Decisão monocrática do Min. Dias Toffoli
- HC 178.777
Inteiro teor

Preparação complementar:

- RE 1.225.185
Amicus Curiae IBCCRIM

Leitura de formação:

- Sobre legítima defesa da honra: GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *Legítima Defesa da Honra*.

In: Miguel Reale Júnior; Janaína Paschoal. (Org.). Mulher e Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 267-287.

- Podcast Praia dos Ossos (Rádio Novelo). Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLD-9mG2PTpdBXeFga4AyHQOFKlaoAXIJM>
- Música “Na subida do Morro”, de Moreira da Silva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rktFJYWTS8>

Violação de direitos humanos no sistema socioeducativo

Preparação básica (obrigatória):

- HC 143988
Manifestação PGR (2017)
Liminar Min. Relator Edson Fachin (2018)
Voto Min. Relator Edson Fachin (2020)
- Lei 12.594/2012
Artigo 49, inciso II.
Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>..

Preparação complementar:

- HC 143988
Voto Min. Gilmar Mendes
Voto Min Ricardo Lewandowski
Sustentação oral do IBCCRIM - Disponível em: <https://youtu.be/r9nfAGGsyqQ>.

Oficina de Pesquisa: discussão dos pré-projetos de monografia (virtual)

Preparação básica (obrigatória):

- Leitura dos pré-projetos de pesquisa e elaboração de comentários.

Conversa com atores: carreiras acadêmicas e advocacia

Preparação básica (obrigatória):

- As aulas “Conversa com Atores” se baseiam na interação entre os estudantes e uma pessoa que atua na prática do tema da aula. A preparação prévia consistirá em:
 - Pesquisa do currículo do (a) convidado (a);
 - Formulação de perguntas sobre o tema da aula que possam ser feitas ao convidado ou à convidada.

Cotas raciais na universidade e no serviço público: as comissões de heteroidentificação

Preparação básica (obrigatória):

- Lei Cotas Serviço Público - 12.990/14 e Lei Cotas Universidades Federais - 12.711/2012

- CCJ amplia e prorroga por dez anos as cotas afirmativas no serviço público. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/24/ccj-amplia-e-prorroga-por-dez-anos-as-cotas-afirmativas-no-servico-publico#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Justi%C3%A7a,para%20negros%2C%20ind%C3%ADgenas%20e%20quilombolas>
- Aprovado em Medicina na USP tem matrícula negada após decisão de banca. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/aprovado-em-medicina-na-usp-tem-matricula-negada-a-pos-decisao-de-banca-sempre-me-considerarei-pardo,72797bac81b811dd2c8b13f450b74f7cz6cwb9ty.html>
- ADPF 186
Voto Min. Relator Ricardo Lewandowski

Preparação complementar:

- ADPF 186
Voto Min. Gilmar Mendes; debates
- ADC 41
Voto Relator Min. Barroso; debates

Leitura de formação:

- Podcast Durma com essa. Por que as cotas raciais deram certo no ensino brasileiro?. Nexo Jornal. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0a73egslLF1LSWfcByyDzv?si=PkpEMamAQjuY5l1w1s9GVw>.
- Camilloto, B., & Camilloto, L.. (2022). COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL: POR QUEM OS SINOS DEVERIAM DOBRAR?. Educação & Sociedade, 43, e254673. <https://doi.org/10.1590/ES.254673>
- SILVA, A. C. C. D., CIRQUEIRA, D. M., RIOS, F., & ALVES, A. L. M.. (2020). AÇÕES AFIRMATIVAS E FORMAS DE ACESSO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: O caso das comissões de heteroidentificação. Novos Estudos CEBRAP, 39(2), 329–347. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020005>
- APOLINÁRIO, Aline Costa. Ingresso no Ensino Superior e Cotas étnicas, raciais e socioeconômicas: como o STF construiu sua jurisprudência sobre cotas étnico-raciais e socioeconômicas no Ensino Superior?. Acesso em: 17/07/2023. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/ingresso-no-ensino-superior-e-cotas-etnicas-raciais-e-socioeconomicas-como-o-stf-construiu-sua-jurisprudencia-sobre-cotas-etnico-raciais-e-socioeconomicas-no-ensino-superior/>

Direitos humanos, saúde pública e segurança pública: o caso da Cracolândia em São Paulo

Preparação básica (obrigatória):

- Podcast Café da Manhã. Por que é tão difícil resolver o problema da Cracolândia. Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/27sRNPhA0fGRpmk7maf5bR?si=lxEMo5RITbmjK52LwBLjEA&nd=1&dlsi=ab9087aa5a374fc7>.